



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº
47775-31.2017.8.06.0112/0

Data - Hora
20/4/2017 - 10:52



Dados Gerais do Processo

Número Único	<u>47775-31.2017.8.06.0112/0</u>		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	12/04/2017 08:58	Volumes	1
Just.Gratis	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		

Assunto(s)

SEGURO

Hierarquia: \DIREITO CIVIL\Obrigações\Espécies de Contratos\Seguro

Partes

Requerente : ABDIAS CARLOS VIEIRA

Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 02
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO/CE.

VALOR DA CAUSA: R\$ 1.687,50



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE JUAZ DO NORTE - CE
Recebido em: 20/3/2017 às 17h
me
Analista Judiciário - Mat. 201127

ABDIAS CARLOS VIEIRA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº: 20075153283 SSP/CE e do CPF nº: 368.553.082-87, residente e domiciliado na Rua Rosa Ferreira Nobre, nº 53 CS A, Seminário, na cidade de Crato/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

1 – PRELIMINARMENTE

1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, se não vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 03
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, se não vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

1.2 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *múnus público*.

Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.

No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 04
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 12.05.2016 (conforme B.O anexo), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Fratura na clavícula.

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, a Autora, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente de trânsito ocasionou fratura na clavícula.

Ademais, para além das fraturas e suas respectivas gravidades, O Requerente passou por tratamento ambulatorial e medicamentoso, isso sem olvidar no longo período de recuperação domiciliar.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada têm caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), no dia 24.11.2016, conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Sendo o Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atraindo, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 05
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Contudo, a tabela da SUSEP (superintendência de seguros privados) determina o percentual que deve ser pago em razão da gravidade das lesões sofridas.

Nesse mesmo passo, a tabela retromencionada prevê o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) para o caso em deslinde, haja vista tratarmos de lesão crânio-faciais total (100%), tendo em vista a gravidade do trauma.

Sendo assim, em razão da diferença entre o pagamento administrativo (1.687,50) e do valor realmente devido (R\$ 3.375,00), o Requerente faz *jus* a diferença de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).



ACTUS

Advogados Associados

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica
nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art.
1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha
realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio
de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização
por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio.
Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em
acidente de transito e devida, mediante simples prova do
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito
em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)**

Cumprе esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

3 – A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 07
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:

Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, uma prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser ajuizada a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumpre esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), se não vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
[...]



ACTUS
Advogados Associados

FLS. 08
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

6 – DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).



ACTUS


Advogados Associados

Nestes termos
Pede Deferimento
Barbalha-CE, 18 de janeiro de 2017.

Arthur Gomes Pontes
OAB/CE 34322

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787





crato

ACTUS
Advogados Associados

fls. 10

FLS. 10

SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Tusig

“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Abdias Carlos Vieira, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 2004 58 53 283 SSP/CE e do CPF nº: 368.553.082-87, residente à Rua Rosa Ferreira Nobre, nº 53, C5 A, Seminário, na cidade de Boto/CE.

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 15 de dezembro de 2016.

X

Abdias Carlos Vieira



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 11
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

DECLARA nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 15 de dezembro de 2016

x Abelcio Carlos Ribeiro

FLS. 12
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

SINISTRO 3160593756 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ABDIAS CARLOS VIEIRA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** MBM SEGURADORA S/A #772**BENEFICIÁRIO** ABDIAS CARLOS VIEIRA**CPF/CNPJ:** 36855308287**Posição em 15-12-2016 14:17:18**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
24/11/2016	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 13
 SECRETARIA
 DA 2ª VARA CÍVEL
 J. DO NORTE - CE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 93397/2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **13/06/2016 15:12:41**
 Data / Hora da Ocorrência: **12/05/2016 12:10:00**
 Endereço da Ocorrência: **RUA BEATA MARIA DE ARAÚJO**
 Complemento:
 Bairro:
 Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
 Ponto de Referência: **DELEGACIA**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **FRANCIANA VITAL RAFAEL**
 Nascimento: **27/12/1979** CPF: **910.964.993-04**
 RG: **97029100456** Orgão Emissor: **SSP** UF:
 Filiação: **FRANCISCA ANTONIA RAFAEL**
ANTONIO VITAL RAFAEL
 Endereço: **RUA ROSA FERREIRA NOBRE, 53 CS A**
 Bairro: **SEMINÁRIO** CEP:
 Município: **CRATO/CE**
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98804-5291**

Nome: **ABDIAS CARLOS VIEIRA**
 Nascimento: **31/05/1972** CPF: **368.553.082-87**
 RG: **20075153283** Orgão Emissor: **SSP** UF:
 Filiação: **FRANCISCA VIEIRA DOS SANTOS**
ANTONIO CARLOS BEZERRA
 Endereço: **RUA ROSA FERREIRA NOBRE, 53 CS A**
 Bairro: **SEMINÁRIO** CEP:
 Município: **CRATO/CE**
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99288-3630**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **01K7103** Uf: **CE** Município: **CRATO** Chassi: **9C6KE1520C0091349** Renavam:
462521354 Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **YAMAHA/FACTOR**
YBR125 K Ano Fabricação: **2011** Ano Modelo: **2012** Combustível: **GASOLINA** Cor:
VERMELHA Proprietário: **ABDIAS CARLOS VIEIRA** Situação: **NÃO INFORMADO**
 Envolvimento: **COLISÃO**

Histórico

AFIRMA O NOTICIANTE/VITIMA QUE NA DATA ACIMA INFORMADOS ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA SUPRA DESCRITA, COM A PESSOA DE FRANCIANA VITAL RAFAEL NA GARUPA. TRANSITAVA PELA VIA PREFERENCIAL, QUANDO UM CARRO AVANÇOU A VIA E COLIDIU COM AS VÍTIMAS; QUE A CAUSADORA DO ACIDENTE PRESTOU SOCORRO; QUE FORAM SOCORRIDOS PELO SAMU E LEVADOS PARA A UPA DESTA CIDADE E DEPOIS ENCAMINHADOS PARA O HOSPITAL SÃO RAIMUNDO NA CIDADE DO CRATO/CE; QUE O CONDUTOR SOFREU ESCORIAÇÕES E POSSÍVEL FRATURA EM CLAVÍCULA, CONFORME RELATÓRIO MÉDICO Nº 24999 DA UPA, E A PASSAGEIRA SOFREU ESCORIAÇÕES, CONFORME RELATÓRIO MÉDICO Nº 24997 DA UPA. QUE APRESENTOU COPIAS DOS SEGUINTE DOCUMENTOS, OS QUAIS SÃO ANEXADOS AO BO: CNH, DOCUMENTOS PESSOAIS DA PASSAGEIRA, CRLV, CERTIDÃO DO SAMU, RELATÓRIO MÉDICO DA UPA E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.

x Abdias Carlos Vieira

Maria Fátima



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 9339 / 2016

As informações contidas neste Boletim de Ocorrência são de inteira responsabilidade da noticiante, sendo ao mesmo informado que a comunicação de crime não ocorrido ou fato inexistente é crime punível na forma da Lei (art. 339 e 340 do CPB).

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

Maria Juliete

MARIA JULIETE PEREIRA SAMPAIO - MAT.: 300414-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: x

Abelton Carlos Ribeiro

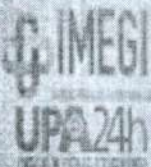
VISTO DO DELEGADO(A) :

LUIS JOSÉ TENÓRIO DE BRITTO - MAT.: 126893-1-4



	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DEMUTRAN	BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO-BOAT	Nº. Ocorrência	
			FLS. 14 SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL J. DO NORTE - CE	
DADOS DO ACIDENTE				
Local da Ocorrência: RUA BEATA MARIA DE ARAUJO X AV. SALGUEIRO			Bairro:	
Ponto de Referência: CRUZAMENTO			Data: 12.05.2016	Hora: 12:15
Via pavimentada: (X) Sim () Não	Via sinalizada: (X) Sim () Não	Condições do Tempo: (X) Ensolarado () Noite () Chuvoso () Outros:		
Classificação: () Com vítima () Sem vítima	Número de Vitimas: () Morto(s) (X) Ferido(s)	Natureza do Acidente: (X) Abalroamento () Colisão () Tombamento () Atropelamento () Capotagem () Outros:		
VEÍCULO Nº 01				
Condutor: ABDIAS CARLOS VIEIRA		Nascimento: 31.05.1972 Sexo: (X) Masc. () Fem.		
Endereço: RUA PROF. ROSA FERREIRA NOBRE, 53		Bairro: SEMINÁRIO CRATO	Telefone: 98804-5291 (99288-3630	
Habilitado: (X) Sim () Não	CNH: 05471305161	Categoria: A	RG: 20075153283	CPF: 368.553.082-87
Veículo: YAMAHA/FACTOR YBR	Placa: OIK-7103	Município: CRATO	UF: CE	
Chassi: 9C6KE1520C0091349		Renavam: 462521354	CRLV: 012256933611	Exercício 2016
Proprietário:		CPF:	(X) Mesmo do Condutor	
Endereço:		Telefone: ()		
VEÍCULO Nº 02				
Condutor: SEVERINA BERNARDO SILVA DE MELO		Nascimento: 08.06.1959 Sexo: () Masc. () Fem.		
Endereço do Condutor: RUA PADRE MEDEIROS, 96		Bairro: JUVENCIO SANTANA	Telefone: (3512-0098	
Habilitado: (X) Sim () Não	CNH: 05552899273	Categoria: AB	RG: 271769293	CPF: 403.733.203-53
Veículo: VW/GOL 1.0	Placa: NRB-2786	Município: JUAZEIRO DO NORTE	UF: CE	
Chassi: 9BWAA05U9AP022008		Renavam: 00153017457	CRLV: 012167801400	Exercício 2015
Proprietário: MANOEL LIMA DE MELO		CPF: 307.915.963-20	() Mesmo do Condutor	
Endereço: JUAZEIRO DO NORTE-CE		Telefone: (98809-2243		
VEÍCULO Nº 03				
Condutor:		Nascimento:	Sexo: () Masc. () Fem.	
Endereço do Condutor:		Bairro:	Telefone: ()	
Habilitado: () Sim () Não	CNH:	Categoria:	RG:	CPF:
Veículo:	Placa:	Município:	UF:	
Chassi:		Renavam:	CRLV:	Exercício:
Proprietário:		CPF:	() Mesmo do Condutor	
Endereço:		Telefone: ()		
VÍTIMA 01				
Nome: FRANCIANA VITAL RAFAEL			Nascimento: 27.12.1979	
RG: 97029100456	Sexo: () Masc. (X) Fem.	Ferimentos: (X) Leves	() Grave () Fatal	
Endereço: RUA PROF. ROSA FERREIRA NOBRE, 53 A, SEMINARIO, CRATO				

VÍTIMA 02		
Nome:	Nascimento:	
RG:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	Ferimentos: <input type="checkbox"/> Leves <input type="checkbox"/> Grave <input type="checkbox"/> Fatal
Endereço:		
VÍTIMA 03		
Nome:	Nascimento:	
RG:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	Ferimentos: <input type="checkbox"/> Leves <input type="checkbox"/> Grave <input type="checkbox"/> Fatal
Endereço:		
TESTEMUNHA 01		
Nome:	Nascimento:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
Endereço:	RG:	
TESTEMUNHA 02		
Nome:	Nascimento:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
Endereço:	RG:	
AVARIAS DO VEÍCULO 01		
MANETA LADO ESQUERDO QUEBRADO, CARENAGEM LADO ESQUERDO E CENTRAL LADO ESQUER- DE ARRANHADOS E AVARIADOS.		
AVARIAS DO VEÍCULO 02		
PARA-CHOQUE, CAPÔ DIANTEIROS AVARIADOS, PLACA DIANTEIRA AMASSADA, ANEL DO FAROL ARRANHADO, RETROVISOR LADO ESQUERDO ARRANHADO, BLOCO DO PAINEL QUEBRADO E ARRANHADO, PISCA LADO ESQUERDO ARRANHADO.		
AVARIAS DO VEÍCULO 03		
CROQUI DO ACIDENTE:		
AV. SALGUEIRO		
RUA BEATA MARIA DE ARAUJO		
OBSERVAÇÕES DO AGENTE:		
CONDUTOR E PASSAGEIRO DO VEÍCULO 01 SOCORRIDOS AO HOSPITAL.		
AGENTE DE TRÂNSITO		
Nome: ELVIO	Matricula: 21019	Assinatura do Agente Perito Criminalista:
Posto/Graduação: ATT 3ª CL	Viatura: MP 03 BROS	
Hora Acionada: 12:15	Hora da Chegada: 12:15	
Hora do Término: 12:39	Inspetor do Dia: ALEX	



UPA 24h Juazeiro do Norte

RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N

JUAZEIRO DO NORTE

2499

FLS. 15

CNPJ: 19.622.700/00

Telefone: ()

SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Data: 12/05/2018

Hora: 13:05

Relatório Médico

Paciente

Nome: 20289 ABDIAS CARLOS VIEIRA

Segurado: ABDIAS CARLOS VIEIRA

Nasc: 31/05/1972

Idade: 43

Queixas do Paciente

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE COM MOTO VEM TRAZIDO PELO SAMU COM QUADRO DE POSSÍVEL FRATURA EM CLAVICULA E ESCORIAÇÕES EM REGIÃO ESCAPULAR ESQUERDA.

Exame Físico

DOR E EDEMA LOCAL

Conclusão Diagnóstica

CID-10 T740

FRATURA DE CLAVICULA?

Tratamento

R DEXA
TRAMAL
DICLOFENACO
SF 0,9%-500ML

Alta

Dr. Alvaro S. Carvalho
MÉDICO
CRM: 15695

ALVARO SILVA CARVALHO
CRM: 15695 / CE



FLS. 16
SECRETARIA
DA 2ª VAGAS CÍVEL
J. DO NORTE - CE

HOSPITAL SÃO RAIMUNDO

Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Telefone: 88-3523-2600 Fone/Fax: 88-3523-2600

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Data Emissão: 12/05/2016 17:11

N.Atendimento...: 361612 Convênio.: BPA SUS
Data Atendimento: 12/05/2016 Hora: 17:13 Matrícula: 160938760800005
Médico Respons.: JEAN MITCHELSON LUCENA MONTEIR Guia.:
Recepcionista...: MARILENE Tipo de Atend.: AMBULATORIAL
Setor Atend.....: CONSULTORIO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Paciente.: ABDIAS CARLOS VIEIRA Pront.: 80147
Dta Nasc.: 31/05/1972 43 Anos Sexo: MASCULINO Est.Civil: UNIAO ESTA RG: 20075153283
Endereço.: RUA PROFESSOR JOSE FERREIRA NOBRE 53 A CASA
Cep.....: 63132070 Bairro: SEMINARIO Município: CRATO
Estado....: CE Resp...: ABDIAS CARLOS VIEIRA
Fone: 8892024813

CONSULTA MÉDICA

DIAGNÓSTICO

CONDUTA

ENCAMINHAMENTO

[] Resid. [] Ambul. [] Intern. [] Outro

NATUREZA DO ATENDIMENTO

[] Clínica [] Cirurg [] Obst. [] Ped. [] Oftalmo. [] Outro

REQUISIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

[] RAIO-X

[] ULTRASSOM

[] ENDOSCOPIA

MOTIVO DO ATENDIMENTO

Comunicação Ambulatório (E)

DIAGNÓSTICO

PROCEDIMENTO

EXAMES

DATA DO ATENDIMENTO: ___/___/___

Dr. (a) JEAN MITCHELSON LUCENA MONTEIRO
CRM: 9605 CPF: 49167677304

Abdias Carlos Vieira
Paciente / Responsável

0669



HOSPITAL
São
Raimundo
FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA

HOSPITAL SAO RAIMUNDO

Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Telefone: 88-3523-2600 Fone/Fax: 88-3523-2600

FLS. 17
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Data Emissão: 13/05/2016 07:38

N.Atendimento...: 361684 Convênio.: BPA SUS
Data Atendimento: 13/05/2016 Hora: 07:43 Matricula: 160938760800005
Médico Respons.: MARCEL DE ALENCAR PITA Guia.:
Recepcionista...: ANANDA Tipo de Atend...: AMBULATORIAL
Setor Atend.....: CONSULTORIO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Paciente.: ABDIAS CARLOS VIEIRA Pront: 80147
Dta Nasc.: 31/05/1972 43 Anos Sexo: MASCULINO Est.Civil: UNIAO ESTA RG: 20075153283
Endereço.: RUA PROFESSOR JOSE FERREIRA NOBRE 53 A CASA
Cep.....: 63132070 Bairro: SEMINARIO Municipio: CRATO
Estado...: CE Resp.: ABDIAS CARLOS VIEIRA
Fone: 88992024813992881630

CONSULTA MÉDICA

AGNÓSTICO

CONDUTA

ENCAMINHAMENTO

[] Resid. [] Ambul. [] Itern. [] Outro
Outro

NATUREZA DO ATENDIMENTO

[] Clínica [] Cirurg [] Obst. [] Ped. [] Oftalm. []

REQUISIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

[] RAIO-X

[] ULTRASSOM

[] ENDOSCOPIA

MOTIVO DO ATENDIMENTO

motociclista

AGNÓSTICO

Contusão em região hipomastoide direita.

PROCEDIMENTO

Aplicar + curativo

EXAMES

DATA DO ATENDIMENTO: ____/____/____

Dr. MARCEL DE ALENCAR PITA
Ortopedista e Traumatologista
CRM 10671 TEOT 12015

Dr. (a) MARCEL DE ALENCAR PITA
CRM: 010671 CPF: 65782135387

Abdias Carlos Vieira
Paciente / Responsável

0669

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO



JUAZEIRO DO NORTE
CIDADE DE TODOS



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



FLS. 18
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Receituário Médico

Nome:

ABDIAS CARLOS VIEIRA

E - CANTINHO

PO OITO DEZES,

13T - FARMACIA DE

ESCOLA (SOLICITAÇÃO)

NECESSITA DE

PANELA CO-
ESPECIALISTA

12/05/16

[Signature]
Dr. [Name], Carvalho
CRM 12.345

Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Limoeiro
Rua Capitão Domingues, s/nº - Limoeiro - CEP 63.021-060 - Juazeiro do Norte-CE

Receituário Médico

Nome: PSOLAS CARLOS VIEIRA

SOLICITO

AL

① RATO X DE TÂN

PA/PE - FIL

TUSE FARMACIA DE
NO LOCOMOTIV

12/05/16

[Signature]
Dr. João S. Carvalho
CRM 13.000

Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Limoeiro

Rua Capitão Domingues, s/nº - Limoeiro - CEP 63.021-060 - Juazeiro do Norte-CE

Receituário Médico

Nome: ABRILAS

USO INT

① DE LORANACO - Loper

② DE PERSONA - Inst. de

③ DEXA - Inst. de

12/05/16

[Signature]
Dr. João S. Carvalho
CRM 13.000

Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Limoeiro

Rua Capitão Domingues, s/nº - Limoeiro - CEP 63.021-060 - Juazeiro do Norte-CE

FLS. 49
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

FLS. 20
 SECRETARIA
 DA 2ª VARA CÍVEL
 J. DO NORTE - CE



HOSPITAL
São Raimundo
 FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA

Atestado Médico

Declaro para os devidos fins que o(a) paciente Kawane

Nete Rafael

encontra-se em tratamento fechado

necessitando de 08 dias dias de

afastamento de suas atividades laborais, a contar desta data.

C.I.D. S40/S70

Dr. MARCEL PIPA
 Ortopedista e Traumatologista
 CRM 10671 TEST 12915

Crato-CE / 2 / 05 / 16

R. Tecnológico Total, 89 - Crato - CE - Fone (88) 3523.2800

FLS. 21

SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

ANTONIO CARLOS VIEIRA

DOC/IDENTIDADE / OUTRO DOCUMENTO Nº 20078159283 SSP/CE

CPF 368.553.082-87 DATA NASCIMENTO 31/05/1992

ENDEREÇO ANTONIO CARLOS BEZERRA FRANCISCA VIEIRA DOS SANTOS

PROFISSÃO / ATIVIDADE PROFISSÃO / ATIVIDADE

Nº ZEPHORO 15471308181 VALIDADEZ 08/12/2018 1ª EMISSÃO 17/04/2012

COMENTÁRIOS SEM OBSERVAÇÃO:

Antonio Carlos Vieira

LOCALIDADE DE EMISSÃO JUAZEIRO DO NORTE, CE DATA DE EMISSÃO 02/05/2018

Antonio Carlos Vieira 085113007987 08135432050

DETRAN CE (CENEA)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 693232899

PROBIÇÃO PLACIFICAR 693232899



FLS. 22
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 368.553.082-87

Nome da Pessoa Física: **ABDIAS CARLOS VIEIRA**

Data de Nascimento: 31/05/1972

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 14:17:35 do dia 17/06/2016 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **FA75.23EF.E310.04C1**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

DETRAN - CE Nº 012258933611
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1944-1945

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MIKE QUEIROZ OLIVEIRA, liberado nos autos em 07/06/2018 às 14:07 .
Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0047775-31.2017.8.06.0112 e código 37C6929.

FLS. 24
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE**CERTIDÃO NARRATIVA**

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e o requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192-CEARÁ**, prestou atendimento ao Sr. **ABDIAS CARLOS VIEIRA**, portador do RG Nº 20075153283 e inscrito no CPF sob o Nº 368.553.082-87, no dia 12/05/2016 às 12h45min, no município de JUAZEIRO DO NORTE - CE, na rua Beata Maria de Araújo. Paciente vítima de colisão moto com carro, onde o mesmo foi encaminhado para a **UPA de Juazeiro do Norte**. E para constar eu, Ana Cristine Medeiros Silva Ana Cristine Medeiros Silva, Assessoria Técnica, lavrei a presente certidão.

Eusébio, 19 de maio de 2016

Atenciosamente,


MARIA DAS GRAÇAS TORRES
Assessoria Executiva
SAMU 192 CEARÁ**SAMU 192 CEARÁ**Rua da Paz, nº 29 e 30, Centro-Eusébio-CE, Fone (85) 3433 7434, Fax:3260 2061
E-mail: samuceara.polo1@samu.saude.ce.gov.br
Ouvidoria do SAMU: ouvidoria.samupolo1@samu.ce.gov.br, Fone : (85) 3260-3797

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, ABDIAS CARLOS VIEIRARG nº CVH:05471305161, data de expedição 02/05/13, Órgão DETRAN-CE

CPF nº 268.553.082-87, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Av. Profa Rosa FERNANDA NOBRE</u>
Número	<u>53</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>FEMINARIO</u>
Cidade	<u>CRATO</u>
Estado	<u>CEARA</u>
CEP	<u>63113-105</u>
Telefone de Contato	<u>(88) 3572-0398 / 997792255</u>
E-mail	<u>(88) 98882-3282</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CRATO-CE 17-06-2016Assinatura do Declarante: x Abdias Carlos Vieira

FLS. 26
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

4867645-4

Ata da Sessão de Juízo de 1ª Instância
do Juízo de 1ª Instância
de 20 de abril de 2016

coelco

Rua Padre Teófilo, 190
CEP 60139-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.041.251/0001-70 CEFOS 103.848.0

424671333

Nota 15 11800 01 772000 - 4 Data de Emissão 21/03/2016

Nome JOANA ALVES DA SILVA
End. Postal RU PRA ROSA FERREIRA NOBRE 00053 CS A
SEMINARIO - CRATO - 63100000

Medidor 10560900 Poste 0000 0000
Causa 01-RESIDENCIAL MONOFASICO Renda Potência 0,00
RG/CPF/CNPJ 011017783-50 CEF

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

Nome do Responsável	CPF	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor do Consumo	Valor do Imposto	Valor do Juro	Valor do Multa	Valor do Total
JOANA ALVES DA SILVA	011017783-50	21/03/2016	20/04/2016	41,00	27,00	11,07		79,07

FLS. 28
SECRETARIA
DA 2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Data - Hora
12/4/2017 - 9:28

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	47775-31.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr. Volumes	1
Autuação	12/04/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Just. Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes	
Nome	
Requerente :	ABDIAS CARLOS VIEIRA
Rep. Jurídico :	20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA
Requerido :	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

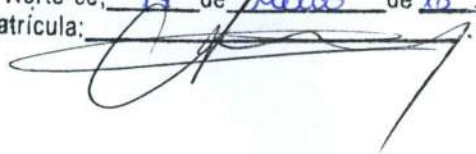
JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 12 de Abril de 2017

Responsável

CONCLUSOS ao MMJ Dr. Juiz do
feito em 24/04/2017
O (A) Diretor(a)

CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 47775-31.2017.8.06.0112/0
Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL foi
auditado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação
física, cuja última folha possui a
numeração 28, passando a
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 14 de Maio de 18
Servidor/matricula: 

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0047775-31.2017.8.06.0112**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
Requerente e **Abdias Carlos Vieira e outro**
Requerido:
:

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 13 de setembro de 2018.

Francisco José Mazza Siqueira
Juiz



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0047775-31.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente e **Abdias Carlos Vieira e outro**
 Requerido:
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 17 de setembro de 2018.

Antonio Barbosa de Sena
Supervisor de Unid. Judiciária
 Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0047775-31.2017.8.06.0112**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Abdias Carlos Vieira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, haver designado nos autos em epígrafe **Audiência de Conciliação para o dia 13/Fevereiro/2019, às 15:30 horas**, a se realizar neste Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Juazeiro do Norte, no Fórum local.

O referido é verdade. Dou Fé.

Juazeiro do Norte/CE, 10 de dezembro de 2018.

Ana Clécia Augusto Leite Carneiro
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0148/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J
Antonio Allan Leite Saraiva (OAB 23502/CE)	D.J

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334,§3º do CPC), bem como este, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 13/FEVEREIRO/2019, ÀS 15:30 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º,10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 12 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0047775-31.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Abdias Carlos Vieira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, conforme disposto no **artigo 334** do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e despacho de **fl. 33** seguem anexos por cópia, sendo parte integrante desta carta, bem como a sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** designada para o **DIA 13/FEVEREIRO/2019 às 15:30h, na Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CE, no Fórum Local, sito na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, nesta urbe**, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (**CPC, art. 334, § 10**), e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 (QUINZE) DIAS**, contar-se-á conforme o **artigo 335 do mesmo Código**, podendo o promovido alegar em sua peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (**art. 336 do CPC**), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, nos termos do **art. 341 do CPC**, ficando, ainda, advertido que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA (art. 344 do CPC)**.

Fica, outrossim, V. Sa. **ADVERTIDA** que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até **2%** (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §§ 4º e 8º do CPC**). Ademais, as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos (**art. 334, §9º do CPC**).

Juazeiro do Norte/CE, 10 de dezembro de 2018.

Antonio Barbosa de Sena
Supervisor de Unid. Judiciária
 Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a). Representante Legal
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT
 Rua da Assembléia, 100, 16º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20011-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0148/2018, foi disponibilizado na página 646-652 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/12/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)

Antonio Allan Leite Saraiva (OAB 23502/CE)

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334, §3º do CPC), bem como este, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 13/FEVEREIRO/2019, ÀS 15:30 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.

Juazeiro do Norte, 14 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria